



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

MINUTA DE CONTRATO ____/2026

O **MUNICÍPIO DE TAIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, com sede Administrativa na Prefeitura Municipal na rua 21 Abril, nº 334, Centro, na cidade de Taiúva, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MAURO VICENTE BERSI**, brasileiro, casado, RG nº 8.335.594-7-SSP/SP, CPF/RF nº 005.801.068-88, residente e domiciliado na Rua Florindo Vaqueiro Gonzales, nº 21, em Taiúva, neste Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente, **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo _____, _____, _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, CEP _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, de agora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, alterada posteriormente, e a autorização contida no despacho exarado do **Processo licitatório nº 26/2026, Pregão Eletrônico nº 10/2026** celebram o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, análise, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica das unidades consumidoras vinculadas ao Município, bem como à otimização técnica, operacional e tarifária do parque elétrico municipal, conforme especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026, Termo de Referência, proposta vencedora e demais anexos.

§ 1º – O objeto compreende, dentre outras atividades correlatas:

I – levantamento e análise técnica das unidades consumidoras;

II – auditoria e revisão de faturas de energia elétrica;

III – verificação de enquadramento tarifário, demanda contratada, modalidade tarifária e parâmetros de faturamento;

IV – identificação de cobranças indevidas, inconsistências, irregularidades e pagamentos passíveis de recuperação;

V – elaboração de relatórios técnicos, laudos, pareceres e memórias de cálculo;

VI – instrução, acompanhamento e suporte técnico em procedimentos administrativos perante a concessionária de energia elétrica;

VII – proposição de medidas voltadas à redução e racionalização das despesas com energia elétrica;

VIII – acompanhamento técnico das medidas corretivas implementadas;

IX – emissão de relatórios conclusivos contendo os créditos efetivamente identificados e os resultados obtidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

§ 2º – A execução contratual observará:

I – as normas da ANEEL;

II – as normas técnicas da ABNT;

III – as regras da concessionária distribuidora de energia elétrica;

IV – a legislação aplicável ao setor elétrico;

V – as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º – O presente contrato não envolve cessão de créditos, mandato judicial, representação contenciosa ou contratação de serviços advocatícios.

§ 4º – Este contrato vincula-se ao edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026, respectivos anexos e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração da vantajosidade, da manutenção da necessidade administrativa e da continuidade do potencial benefício econômico decorrente da execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

A remuneração da **CONTRATADA** será vinculada ao desempenho, nos termos do artigo 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidindo exclusivamente sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município em decorrência direta da execução contratual.

§ 1º – O percentual de remuneração contratada corresponde a ____ % (____ por cento) incidente sobre os valores efetivamente revertidos ao **CONTRATANTE**.

§ 2º – Não haverá qualquer pagamento mínimo garantido à **CONTRATADA**.

§ 3º – A mera identificação de potencial crédito ou a apresentação de estimativas não gera direito automático à remuneração.

§ 4º – Não serão considerados para fins de remuneração:

I – créditos estimados ou projetados;

II – valores não homologados administrativamente;

III – reduções futuras meramente estimadas;

IV – créditos decorrentes de providências anteriormente implementadas pelo **CONTRATANTE**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

V – créditos sem efetiva reversão financeira ou compensação em favor do Município.

§ 5º – Considera-se efetivamente recuperado o valor:

I – restituído financeiramente ao Município;

II – compensado em faturas futuras;

III – reconhecido formalmente pela concessionária com repercussão econômica efetiva em favor do **CONTRATANTE**.

§ 6º – No percentual contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, deslocamentos, despesas operacionais, mão de obra técnica, emissão de relatórios, softwares, equipamentos e demais custos necessários ao integral cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado exclusivamente sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do **CONTRATANTE**, observado o percentual contratado.

§ 1º – O pagamento dependerá da apresentação:

I – da nota fiscal;

II – do relatório técnico de medição;

III – da memória de cálculo detalhada;

IV – da comprovação documental da efetiva recuperação, compensação ou restituição do crédito;

V – do ateste do fiscal do contrato.

§ 2º – A remuneração somente será devida após:

I – homologação administrativa do crédito;

II – reconhecimento formal pela concessionária;

III – efetiva compensação ou restituição financeira em favor do Município.

§ 3º – O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da regular liquidação da despesa.

§ 4º – Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência nos documentos apresentados ou ausência de comprovação do benefício econômico efetivamente obtido, o pagamento ficará suspenso até regular saneamento das pendências, sem incidência de atualização monetária ou encargos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

§ 5º – A emissão da nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 6º – Não haverá pagamento:

I – sobre mera expectativa de crédito;

II – sobre valores ainda pendentes de homologação;

III – sobre créditos litigiosos sem efetiva repercussão financeira;

IV – sobre economia futura estimada;

V – na hipótese de inexistência de benefício econômico efetivamente revertido ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Município, para o exercício de 2026, observada a seguinte classificação:

Ficha 055

02 - Executivo

02.02 – Secretaria da Administração Geral

04.122.0005.2016 – Manutenção do Departamento de Planejamento

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços serão executados conforme cronograma aprovado pelo CONTRATANTE e de acordo com as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência.

§ 1º – A **CONTRATADA** deverá realizar levantamento técnico completo das unidades consumidoras vinculadas ao Município, promovendo análise técnica, operacional e tarifária das respectivas faturas e contratos de fornecimento de energia elétrica.

§ 2º – A **CONTRATADA** deverá apresentar relatórios técnicos circunstanciados contendo:

I – diagnóstico das unidades consumidoras;

II – inconsistências identificadas;

III – análise tarifária;

IV – estimativa fundamentada dos créditos passíveis de recuperação;

V – medidas corretivas recomendadas;

VI – plano de atuação administrativa;

VII – demonstrativos técnicos e memórias de cálculo.

§ 3º – A **CONTRATADA** deverá acompanhar tecnicamente os procedimentos administrativos instaurados perante a concessionária de energia elétrica até sua conclusão administrativa.

§ 4º – Os documentos técnicos deverão ser entregues em formato digital editável e PDF, acompanhados das respectivas planilhas e memórias de cálculo.

§ 5º – A **CONTRATADA** deverá manter profissional habilitado em engenharia elétrica, regularmente inscrito no CREA, responsável técnico pela execução contratual.

§ 6º – O **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição imediata de profissional cuja atuação revele inadequação técnica, descumprimento contratual ou conduta incompatível com a boa execução dos serviços.

§ 7º – A mera elaboração de estudos ou identificação preliminar de créditos não caracteriza cumprimento integral do objeto contratual.

§ 8º – Ao término da contratação, a **CONTRATADA** deverá entregar ao **CONTRATANTE** todos os relatórios, levantamentos, memórias de cálculo, estudos técnicos e demais documentos produzidos durante a execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º – Compete à fiscalização:

I – acompanhar a execução dos serviços;

II – verificar o cumprimento das obrigações contratuais;

III – validar relatórios técnicos;

IV – registrar ocorrências e irregularidades;

V – comunicar à autoridade competente eventual descumprimento contratual.

§ 2º – A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

§ 1º – Compete ao **CONTRATANTE**:

I – disponibilizar à **CONTRATADA** os documentos, faturas, contratos, históricos de consumo, cadastros das unidades consumidoras e demais informações necessárias à execução contratual;

II – permitir acesso às unidades consumidoras e aos dados técnicos relacionados ao objeto contratado, sempre que necessário à adequada execução dos serviços;

III – designar fiscal e gestor do contrato para acompanhamento da execução contratual;

IV – analisar os relatórios, estudos, levantamentos e documentos técnicos apresentados pela **CONTRATADA**;

V – prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços;

VI – comunicar formalmente à **CONTRATADA** eventuais inconsistências, irregularidades ou necessidades de adequação verificadas durante a execução contratual;

VII – efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas neste contrato;

VIII – acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

IX – fornecer, quando necessário, documentos de representação administrativa e autorizações indispensáveis ao acompanhamento técnico perante a concessionária de energia elétrica.

§ 2º – Compete à **CONTRATADA**:

I – executar os serviços em conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao setor elétrico;

II – manter regularidade técnica, fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;

III – realizar análise técnica consistente e fundamentada das unidades consumidoras e respectivas faturas;

IV – elaborar relatórios técnicos, pareceres e memórias de cálculo compatíveis com os serviços executados;

V – atuar com observância dos princípios da boa-fé, transparência e responsabilidade técnica;

VI – comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer fato que comprometa a execução contratual;

VII – preservar o sigilo das informações, documentos, dados financeiros, fiscais e operacionais obtidos em razão da execução contratual;

VIII – observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

IX – responsabilizar-se integralmente pelos profissionais vinculados à execução contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

X – responder integralmente pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de culpa, erro técnico ou irregularidade na execução contratual;

XI – não transferir, ceder ou subcontratar o objeto contratual sem autorização expressa da Administração;

XII – manter arquivo organizado de todos os documentos técnicos relacionados à execução contratual;

XIII – disponibilizar ao **CONTRATANTE** todas as informações e documentos necessários ao acompanhamento e fiscalização dos serviços.

§ 3º – A execução contratual não gerará vínculo trabalhista entre os profissionais da **CONTRATADA** e o Município.

§ 4º – Todos os estudos, relatórios, levantamentos, pareceres técnicos, memórias de cálculo e documentos produzidos durante a execução contratual pertencerão ao **CONTRATANTE**.

§ 5º – É vedada à **CONTRATADA** a utilização ou divulgação de informações obtidas em razão da execução contratual para finalidade diversa da execução do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar os documentos exigidos no certame ou para a contratação;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

1) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 1º - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 2º, da Lei);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l desta cláusula, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei).

d) multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor deste contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (artigo 156, §9º).

§ 3º - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, § 7º).

§ 4º - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157).

§ 5º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º).

§ 6º - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 7º - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 8º - Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do artigo 156, § 1º do mesmo diploma legal, as seguintes condições:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 9º - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

§ 10 - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160).

§ 11 - O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161).

§ 12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

Constituem motivos para extinção do presente contrato:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da **CONTRATADA**;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**.

§ 1º - A **CONTRATADA** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

§ 2º - A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 3º - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 4º - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a **CONTRATADA** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§ 5º - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas em lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VEDAÇÕES

É vedado à **CONTRATADA**:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026, seus anexos e à proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo único - Durante a vigência do presente Termo de Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a manter compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Fica eleito como competente o foro da Comarca de Jaboticabal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

.....

E assim, por estarem as partes justas e convencionadas, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual e inteiro teor, na presença de duas testemunhas, que a tudo assistiram e tiveram conhecimento, também signatárias, para que produza todos os efeitos legais.

Taiúva, ____ de ____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIUVA - CONTRATANTE
MAURO VICENTE BERSI - PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

XXXXXXXXXXXXXXXXX – CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXX - REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS

GISLAINE DE SOUZA SILVA
RG nº 50.788.764-5

LARISSA MARIA GALO SCARPIM
RG nº 47.911.230-7



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica, bem como à otimização dos custos do parque elétrico do Município, conforme especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026, Termo de Referência, proposta vencedora e demais anexos.

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) **É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.**

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taiúva, ____ de ____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO/ENTIDADE:

Nome: Mauro Vicente Bersi



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: Proprietária

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DA LICITAÇÃO, CONTRATANTE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Juniana Rossi Cuoghi

Cargo: Secretário Municipal de Gestão Pública

CPF: 331.404.458-57

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Acompanhamento e Fiscalização

Nome: Juniana Rossi Cuoghi

Cargo: Secretário Municipal de Gestão Pública

CPF: 331.404.458-57

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes CONTRATANTES; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CNPJ Nº: 45.339.611/0001-05

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

DATA DA ASSINATURA: ____/____/2026

VIGÊNCIA: ____/____/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica, bem como à otimização dos custos do parque elétrico do Município, conforme especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026, Termo de Referência, proposta vencedora e demais anexos.

VALOR GLOBAL R\$ _____ (_____).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Taiúva, ____ de ____ de 2026.

Nome e cargo: Mauro Vicente Bersi - Prefeito do Município de Taiúva

E-mail institucional: gabinete@taiuva.sp.gov.br

E-mail pessoal: maurobersi@ymail.com

Assinatura: _____